



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte REITORIA
Assessoria de Governança de Gestão de Tecnologia da

Informação TR 3/2023 - ASGTIC/DIGTI/RE/IFRN

16 de setembro de 2023

Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23421.003820.2022-11

SOLUÇÃO DE HIPERCONVEGÊNCIA E DE VIRTUALIZAÇÃO DE DESKTOPS

Natal, setembro de 2023

IFRN

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
17/10/2022	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	Equipe de Planejamento da Contratação
19/10/2022	1.1	Revisão do documento durante o preenchimento da lista de verificação.	Equipe de Planejamento da Contratação
01/12/2022	2.0	Revisão do documento após apontamentos da Procuradoria Jurídica.	Equipe de Planejamento da Contratação
08/12/2022	3.0	Atualização da pesquisa de preços e dos preços máximos para a contratação	Planejamento da Contratação
11/09/2023	4.0	Atualização dos valores e correção de data	Equipe de Planejamento da Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

(Versão desenvolvida a partir do modelo disponibilizado pela SGD e AGU, no sítio eletrônico: "<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>", atualizada em 01/06/2021.)

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação de solução de virtualização de desktops pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que consiste na aquisição dos componentes de software, na modalidade perpétua, e da infraestrutura para suportar a solução, bem como os serviços de instalação e de repasse de conhecimento.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Descrição resumida	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)	Valor total por grupo ou item (R\$)
1	1	Appliance Hiperconvergente (CATMAT 474405; Natureza da Despesa: 449052-43)	Unidade	4	765.000,00	3.060.000,00	4.644.666,67
	2	Switch Topo de Rack Tipo I (CATMAT 393274; Natureza da Despesa: 409052-37)	Unidade	2	287.333,33	574.666,67	
	3	Switch Topo de Rack Tipo II (CATMAT 393273; Natureza da Despesa: 409052-37)	Unidade	2	505.000,00	1.010.000,00	
2	4	Licença para backup de máquinas virtuais – pacote com 10 VMs (Licença perpétua) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	10	53.500,00	535.000,00	616.333,33
	5	Treinamento oficial do fabricante da solução de backup (CATSER 3840; Natureza da Despesa: 339040-20)	Unidade	4	20.333,33	81.333,33	
	6	Licença para acesso simultâneo para sistema de virtualização de desktop – Tipo II (pacote com 10 licenças) (licença de 36 meses) (CATSER 27502; Natureza da Despesa: 339040-06)	Unidade	100	37.666,67	3.766.666,67	3.766.666,67
	7	Suporte e garantia de nó hiperconvergente por 12 meses (CATSER 27014; Natureza da Despesa: 339040-11)	Unidade	15	95.000,00	1.425.000,00	1.425.000,00

	8	Licenciamento de Software Defined Network (SDN) para um appliance de hiperconvergência (licença de 36 meses) (CATSER 27502; Natureza da Despesa: 339040-06)	Unidade	4	53.166,67	212.666,67	212.666,67
3	9	Licença de Armazenamento de Arquivos para 1TB (licença perpétua, com suporte por 36 meses) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	1	15.900,00	15.900,00	131.033,33
	10	Licença de Armazenamento de Objetos para 1TB (licença perpétua, com suporte por 36 meses) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	30	8.066,67	115.133,33	
4	11	Treinamento oficial do fabricante – HCI (CATSER 3840; Natureza da Despesa: 339040-20)	Unidade	4	20.333,33	81.333,33	466.666,67
	12	Serviços Técnicos em Ambiente de Virtualização - Ticket (CATSER 27260; Natureza da Despesa: 339040-21)	hora	400	633,33	253.333,33	
	13	Transferência de Conhecimento – sob demanda na modalidade de Crédito VMware PSO para uso individual em curso oficial VMware (CATSER 3840; Natureza da Despesa 339040-20)	hora	200	660,00	132.000,00	
Valor total da licitação (R\$)							11.263.033,33

Tabela 1 – Bens e Serviços que compõem a solução (quantitativo máximo a ser contratado)

2.1.1. A licitação está estimada em R\$ 11.263.033,33 (Onze milhões, duzentos e sessenta e três mil, trinta e três reais e trinta e três centavos), que contempla o órgão gerenciador.

2.2.1 Estimativa de aquisição mínima

Grupo	Item	Descrição Resumida	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)	Valor total por grupo ou item (R\$)
1	1	Appliance Hiperconvergente (CATMAT 474405; Natureza da Despesa: 449052-43)	Unidade	1	765.000,00	765.000,00	1.557.333,33
	2	Switch Topo de Rack Tipo I (CATMAT 393274; Natureza da Despesa: 409052-37)	Unidade	1	287.333,33	287.333,33	
	3	Switch Topo de Rack Tipo II (CATMAT 393273; Natureza da Despesa: 409052-37)	Unidade	1	505.000,00	505.000,00	

2	4	Licença para backup de máquinas virtuais – pacote com 10 VMs (Licença perpétua) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	1	53.500,00	53.500,00	73.833,33
	5	Treinamento oficial do fabricante da solução de backup (CATSER 3840; Natureza da Despesa: 339040-20)	Unidade	1	20.333,33	20.333,33	
	6	Licença para acesso simultâneo para sistema de virtualização de desktop – Tipo II (pacote com 10 licenças) (licença de 36 meses) (CATSER 27502; Natureza da Despesa: 339040-06)	Unidade	3	37.666,67	113.000,01	113.000,01
	7	Suporte e garantia de nó hiperconvergente por 12 meses (CATSER 27014; Natureza da Despesa: 339040-11)	Unidade	1	95.000,00	95.000,00	95.000,00
	8	Licenciamento de Software Defined Network (SDN) para um appliance de hiperconvergência (licença de 36 meses) (CATSER 27502; Natureza da Despesa: 339040-06)	Unidade	1	53.166,67	53.166,67	53.166,67
3	9	Licença de Armazenamento de Arquivos para 1TB (licença perpétua, com suporte por 36 meses) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	2	15.900,00	31.800,00	56.000,01
	10	Licença de Armazenamento de Objetos para 1TB (licença perpétua, com suporte por 36 meses) (CATSER 27464; Natureza da Despesa: 449037-93)	Unidade	3	8.066,67	24.200,01	
4	11	Treinamento oficial do fabricante – HCI (CATSER 3840; Natureza da Despesa: 339040-20)	Unidade	1	20.333,33	20.333,33	58.866,53

12	Serviços Técnicos em Ambiente de Virtualização - Ticket (CATSER 27260; Natureza da Despesa: 339040-21)	hora	40	633,33	25.333,20
13	Transferência de Conhecimento – sob demanda na modalidade de Crédito VMware PSO para uso individual em curso oficial VMware (CATSER 3840; Natureza da Despesa 339040-20)	hora	20	660,00	13.200,00
Valor total (R\$)					2.007.199,88

Tabela 2 – Estimativa de aquisição mínima

2.2.2.1 Há estimativa de contratação mínima totaliza R\$ 2.007.199,88 (Dois milhões, sete mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

2.3 Da descrição da solução

2.3.1. Uma solução de infraestrutura de desktops virtuais (VDI) permite que usuários acessem dados, sistemas e aplicativos importantes de sua organização, de forma segura, a partir de qualquer dispositivo conectado à Internet.

2.3.2. Esta solução permitirá a oferta de desktops virtuais em laboratórios virtuais de informática e estações de trabalho, acadêmico ou administrativo, avulsas hospedados no datacenter do IFRN. Nesses desktops virtuais, será possível a instalação das ferramentas necessárias ao desenvolvimento atividades acadêmicas e laboratoriais dos professores e alunos do IFRN, bem como de atividades administrativas de setores que possam utilizar, de modo que o usuário não precise realizar nenhuma instalação ou configuração adicional no seu dispositivo pessoal e acessá-lo utilizando o mínimo de infraestrutura de hardware, bastando o acesso através de um dispositivo smart conectado a uma tela de TV ou monitor.

2.3.3. A solução está dimensionada em um appliance que utiliza uma controladora de máquinas virtuais (CVM) que coordena as máquinas a serem processadas em sua arquitetura. Além disso, a aquisição de switches tipo 1 e 2 se faz necessária para que possa realizar a comunicação entre os appliances. A aquisição do licenciamento gráfico se faz presente no que tange ao apoio de processamento massivo de programas gráficos que necessitem de resposta adequada às requisições geradas. Além disso a aquisição do suporte e garantia se faz necessária para que possa manter o pleno funcionamento dos equipamentos

2.3.4. Dessa forma, este Termo de Referência tem como objetivo a aquisição de solução para a implementação de plataforma de entrega de estações de trabalho virtuais, licenciada para usuários concorrentes, incluindo os equipamentos e licenças que compõem a infraestrutura hiperconvergente que fornecerão os recursos computacionais para a solução.

2.3.5. Em razão da complexidade das soluções ofertadas pelo mercado, torna-se necessário a contratação dos serviços de treinamento constantes dos itens 5 e 11 deste Termo de Referência, com o intuito de buscar capacitar os servidores da Coordenação de Redes e Infraestrutura, responsáveis pela operação e manutenção da solução contratada, diminuindo da possibilidade de ocorrência de riscos na operação e sustentação do ambiente.

2.3.6. A solução a ser contratada é composta por bens e serviços comuns, tendo em vista o que estabelece o Parágrafo Único, do Artigo 1º, da Lei 10.520/2002: "consideram-se bens e serviços

comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado", devendo, portanto, ser contratada por meio da modalidade de Pregão.

2.3.7. A aquisição será realizada por meio da modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, através do Sistema de Registro de Preço, conforme inciso II do Art 3º do Decreto 7.892/2013, uma vez que convém ao IFRN a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e inciso III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

2.3.7.1. Não serão permitidas adesões à Ata de Registro de Preços, sendo desconsideradas as solicitações de órgãos não participantes, entendidos como aqueles que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

2.3.7.2. Considerando o Inciso I, do Parágrafo 3º, do Artigo 4º do Decreto 7.892/2013, o IFRN estabelece como teto para participação na IRP o nº de participantes cujos os valores estimados para contratação, somados aos valores estimados pelo IFRN, não seja superior a 20 (vinte) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo em vista a capacidade de gerenciamento do órgão está alinhada à sua capacidade de aprovação do certame licitatório.

2.3.7.3. Para esta licitação, não será possível alterações ou inclusões de novos itens pleiteados por órgãos que manifestaram o interesse em participar da licitação para registro de preços.

2.3.7.4. Após findar o prazo da IRP não será possível incluir novos participantes.

2.3.7.5. Os órgãos que manifestarem a intenção de participar da licitação através da IRP, deverão encaminhar as suas pesquisas de preços e o Termo de Participação manifestando a Intenção de Registro de Preços assinado pela autoridade máxima do órgão, contemplando no mínimo: a sua concordância com o Termo de Referência do Órgão Gerenciador; sua estimativa de consumo; local de entrega, cronograma de contratação e respectivas especificações, conforme prevê o Artigo 6º do Decreto 7.892/2013.

2.3.8. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.3.9. Conforme a PORTARIA Nº 443, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, que define os serviços que deverão ser executados preferencialmente de modo indireto, fica listado na respectiva portaria a natureza do objeto da contratação que cita os serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação;

2.3.10. Os serviços constantes da solução NÃO possuem como métrica de qualidade ou remuneração de software a metodologia UST ou métrica auxiliar conforme tabela acessada (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/859-novo-catalogo-de-servicos-de-tecnologia-dainformacao-e-comunicacao-catser-tic>) que descreve a contratação do objeto desta licitação por meio de unidade.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e justificativa da contratação.

A contratação pretendida a partir deste instrumento insere-se no contexto atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), quanto à execução do projeto estratégico desktop Virtual, que busca impulsionar o atingimento do objetivo 4 da Perspectiva Estratégica de Gestão e Infraestrutura desse Plano, buscando consolidar a Gestão de Tecnologia da Informação no IFRN.

Ela também está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRN, no que tange ao atendimento às metas 19 e 20 do mesmo, que buscam a manutenção dos equipamentos de Datacenter e, também, a estruturação da solução de desktops virtuais.

Para tanto, a execução desse projeto estratégico depende do esforço institucional para ampliar a infraestrutura de TIC para dar o suporte necessário ao seu desenvolvimento.

Como alternativa a equipe de planejamento, após promover o estudo técnico preliminar, trazendo as soluções possíveis, apresentou como alternativa viável para atender a esse projeto, a ampliação da solução de hiperconvergência já implantada no datacenter do IFRN. Solução que agrega infraestrutura de processamento, memória, intercomunicação e armazenamento em solução integrada, através de virtualização baseada em software.

Uma infraestrutura capaz de fornecer à Instituição a flexibilidade para, através da execução simultânea de várias cargas de trabalho, como VDI, desktop "as a service" (DaaS), ferramentas administrativas e acadêmicas, dar o suporte necessário a iniciativas do Ensino e do trabalho remoto, em busca do cumprimento dos seus objetivos estratégicos e missão institucional.

A solução compreende a implementação de um ambiente de vários clusters para suportar o processamento de virtualização de desktops, que será utilizada como ferramenta de suporte de aprendizagem, no qual será fornecido pelo IFRN aos estudantes com o objetivo de otimizar o Ensino.

Essa ação é essencial para o desenvolvimento do projeto estratégico "Contratação de Desktop Virtual", constante do PDI do IFRN, pois irá oferecer a infraestrutura necessária de armazenamento e processamento de informação que esse projeto necessita, no que tange ao processamento em tempo real, que é crítico para este tipo de arquitetura.

Em função do objetivo da aplicação dessa solução, tem-se que ela pode ser destacada também por seu valor social, tendo em vista que busca atender, especialmente, aos estudantes que não têm acesso a computadores ou que têm computadores com poucos recursos em suas residências, tratando-se de uma solução de âmbito tecnológico e social

Além desses que são objetivos centrais da solução, o IFRN passa a ter a mão a possibilidade de padronizar e adequar o ambiente virtual a diversos tipos de configurações, sem que para isso precise recorrer a grandes investimentos para possibilitar o acesso a computadores robustos e livre de erros de transmissão ou execução para estruturação de laboratórios virtuais dos mais diversos, reduzindo a necessidade de aquisição de computadores para laboratórios.

Cabe, ainda, registrar que a solução se trata de uma ampliação do modelo da infraestrutura atual do Datacenter do IFRN, implantada, em sua primeira versão no ano de 2016, através da aquisição de equipamentos hiperconvergentes da NUTANIX, atualmente no quantitativo de 2 clusters e 7 nós. De lá para cá o armazenamento e o processamento de informações são tratados de forma unificada pelo mesmo equipamento, proporcionando um ambiente unificado de gerenciamento e agilizando a manutenção dos equipamentos no datacenter do IFRN.

Tendo em vista o ambiente acima descrito, implementado e posto em funcionamento, será objeto desta contratação os equipamentos hiperconvergentes NUTANIX, para fins de prover a ampliação e continuidade da solução, tendo em vista a robustez do sistema na infraestrutura de TIC do IFRN, além de já terem sido realizados testes quanto ao desenvolvimento de desktops virtuais que trouxeram resultados que apresentam para a Instituição uma grande possibilidade de mudança, seja pela pelo atendimento ao ensino e/ou área administrativa, como também pela perspectiva real de redução de custos com investimento em infraestrutura física de computadores.

Com isso, espera-se que a solução contratada possa garantir à Instituição o alcance dos resultados e benefícios elencados neste Termo de Referência, conforme dispostos no subitem 3.5.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Objetivos Estratégicos		
ES-1	Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados - Objetivo do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, 2019-2026.		
GI-4	Consolidar a gestão de TI - Objetivo do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, 2019-2026.		
OR-2	Garantir a eficiência do gasto público - Objetivo do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, 2019-2026.		
Objetivo 16	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação - Objetivo da Estratégia de Governo Digital 2020-2022: DECRETO Nº 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020.		
ALINHAMENTO AO PDTIC, 2021-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A4M20	Adquirir licenças enterprise em formato subscrição	M20	Estruturar solução de Desktops Virtuais
A1M19	Realizar levantamento de necessidade de atualização dos equipamentos de datacenter	M19	Manter atualizados os equipamentos de datacenter
A2M19	Elaborar E EXECUTAR um plano de atualização dos equipamentos de datacenter existentes	M19	Manter atualizados os equipamentos de datacenter
ALINHAMENTO AO PCA 2022			
ITEM		DESCRIÇÃO	
DFD 582/2022 (em anexo)		Solução de Hiperconvergência: Ampliação da capacidade de processamento gráfico; licença para acesso simultâneo para sistema de virtualização de desktop; instalação da solução e treinamento.	

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. Os itens elencados para compor a solução de hiperconvergência, objeto desta contratação, buscam ampliar a solução atual atendendo a seguinte demanda:

- a) Implantação da funcionalidade de processamento gráfico;
- b) Ampliação da infraestrutura de hiperconvergência, de 7 para 17 módulos de infraestrutura hiperconvergente HCI; switches, de 1 para 3, do po I e implantação do switch do po II, visando dar suporte ao projeto desktop virtual, que irá promover a virtualização de laboratórios virtuais e máquinas para apoio às atividades acadêmicas e administrativas;
- c) Ampliação das licenças para acesso simultâneo para sistema de virtualização de desktop, que viabilizará a operação dos equipamentos acima.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. A atual contratação define como não passível de parcelamento os itens 1, 2 e 3, alocados no grupo 1, pois a entrega dos produtos e sua possível segregação do grupo gera um risco de não alcançar os requisitos previstos no modelo de execução do contrato no que tange a temporalidade, onde pode aumentar o tempo de implantação e gerando atraso na contratação no que se refere à entrega efetiva e sua respectiva instalação no parque do IFRN.

3.4.2. Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que legalmente é exigido para a solução

mais adequada e eficiente e tem como base a escolha da solução mais vantajosa. Nessa visão, descreve o autor Marçal Justen Filho:

As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.

3.4.3. Neste sendo, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do grupo. Uma vez que quando reparamos o conjunto de serviços especificados, pode trazer danos à contratação no que tange a implantação da solução, tendo em vista que a mesma se trata de uma solução integrada, quando se trata dos itens alocados no grupo 1.

3.4.4. O grupo 2, composto pelos itens 4 e 5, o grupo 3, composto pelos itens 9 e 10, e o grupo 4, composto pelos itens 11, 12 e 13, não admitem soluções diferentes dos requisitos expostos no estudo técnico preliminar no qual lista que a solução deva ser da VMware pois a alteração de fornecedor irá proporcionar uma incompatibilidade com o sistema já implantado no IFRN como descrito anteriormente, gerando dispêndio desnecessário à Administração Pública Federal caso o objeto da contratação seja diferente ao da empresa VMware nos requisitos de aprendizado necessário à equipe e a integração de sistemas diferentes que podem gerar incompatibilidades e instabilidades em um sistema implantado que mesmo funcional não garante a homogeneidade do gerenciamento que uma marca a ser contratada possa entregar ao público do IFRN.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Os resultados esperados nessa contratação são:

a) Maior capacidade de hardware dos equipamentos NUTANIX para processamento de dados em tempo real e dos equipamentos de rede para realizar o transporte e comutação dos dados para atender o ambiente de alta performance do IFRN.

b) Maior efetividade no gerenciamento e manutenção da arquitetura a ser contratada com a questão da integração da solução de processamento, armazenamento, rede integrada, composta de hardware e software, denominada solução de hiperconvergência NUTANIX.

c) Aumento do número de estudantes atendidos com desktops virtuais, para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

d) Somando-se a esses resultados, o software para virtualização de desktop, responsável por implementar a infraestrutura para suportar o processamento do ambiente virtual de aprendizagem proporcionado no âmbito do projeto "desktop virtual", irá oportunizar também:

- práticas de laboratório;
- ambientes controlados de
- aprendizagem; apoio efetivo ao estudo
- remoto;
- apoio a diversos sistemas operacionais, necessitando somente a instalação do terminal para rodar o desktop virtual;
- implementar a política BYOD (traga o seu dispositivo) no qual propicia o uso de dispositivos móveis para fornecer serviços e trazer mais segurança ao usuário.

3.6. Outras justificativas exigidas para esta contratação.

3.6.1. Considerando que a presente contratação trata de solução de tecnologia de informação e comunicação e que o valor previsto para a contratação ultrapassa o previsto para dispensa de licitação, de acordo com o Inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93, a aplicação da IN SGD/ME nº 01/2019, é obrigatória.

3.6.1.1. Para esta contratação, a Comissão de Planejamento da Contratação aplicou os instrumentos de planejamento de contratação previstos na IN SGD/ME nº 01/2019 e observou os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP e pela AGU, disponibilizados no site: <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.

3.6.2. Uma vez que o valor estimado do contrato não alcança o valor de 20 (vinte) vezes o valor previsto para a modalidade de Concorrência, que é de R\$ 28.600.000,00, conforme disposto no art. 1º, §2º, da IN SGD/ME nº 1/2019, combinado com o inciso I, do art. 2º, da IN SGD/ME nº 5/2021 e com o Inciso II, alínea "c", do art. 1º, do Decreto 9.412/2018, não atrai a necessidade da aprovação do órgão central do SISP.

3.6.3. O objeto da presente contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e artigo 4º da IN SGD/ME nº 1/2019, uma vez que:

- a) o objeto a ser contratação trata-se de solução única;
- b) a solução não compreende o disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive gestão de processos de TIC e gestão de segurança da informação;
- c) a solução não compreende processo de avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC.

3.6.4. Para os itens 4, 6, 7, 8, 9, e 10, que tratam de licenciamento de software e serviços agregados, foram observadas as diretrizes presentes no anexo I da IN SGD/ME nº 01/2019, conforme prevê o § 2º, do Art. 8º, da referida IN.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. Alinhamento da solução contratada aos instrumentos de planejamento estratégico que definem os objetivos institucionais do IFRN, descritos na seção 3.2 deste instrumento.

4.1.2. Continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC.

4.2.3. Atualização dos recursos tecnológicos, buscando atender a atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, com a disponibilização de desktops virtuais e laboratórios virtuais para uso dos estudantes e professores do IFRN, além de possibilitar o compartilhamento de sistemas utilizados pelo IFRN para os usuários administrativos que trabalham nas atividades de apoio.

4.1.4. Diminuição do risco de indisponibilidade da prestação de serviços de TIC, uma vez que a contratação visa a continuidade e a ampliação de uma solução conhecida e já utilizada no IFRN, além de possibilitar que a realização de manutenção de software no ambiente se dê sem a necessidade de downtime.

4.1.5. Diminuição do risco de insegurança no tratamento de dados e informações quanto à utilização de sistemas, aplicação, compartilhamentos de rede e desktops virtuais utilizados pelo IFRN, uma vez tendo em vista os dispositivos de segurança que são aplicados a solução.

4.1.6. Melhoria da qualidade dos serviços de TI disponibilizados aos usuários finais, em especial aos usuários de laboratórios e em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Os requisitos de capacitação são aqueles estabelecidos para os itens 5, 11 e 13, constante do Estudo Técnico Preliminar, item 5, que trata das necessidades tecnológicas.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, considerando as alterações posteriores.

4.3.2. Lei nº 8.078/1990 - Dispõe sobre a proteção do Consumidor e dá outras providências.

4.3.3. Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.3.4. Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

4.3.5. Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.3.6. Decreto nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.3.7. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3.8. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.9. Instrução Normativa ME/SGD nº 1/2019 e alterações posteriores - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.3.10. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

4.3.11. Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

4.3.12. Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR - Estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação para o tratamento da informação em ambiente de computação na nuvem.

4.3.13. Resolução nº 99/2012-CONSUP, de 21 de dezembro de 2012 - Aprova a Política de Segurança da Informação e comunicação - PSIC, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

4.4. Requisitos de Manutenção.

4.4.1. Deverão ser observados os critérios de manutenção informados no item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.2. Os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos estão detalhados, conforme o disposto na seção 7.3. deste instrumento.

4.5. Requisitos Temporais.

4.5.1 Deverão ser observados os critérios de tempo de garantia, suporte e manutenção informados no item 5 do Estudo Técnico Preliminar, além daqueles previstos nos itens 6 e 7 deste Termo de Referência.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade.

4.6.1. A CONTRATADA não deve analisar ou processar o conteúdo dos e-mails, imagens da CONTRATANTE ou quaisquer outros documentos para qualquer finalidade que não seja a prestação do serviço para o CONTRATANTE, sendo, também, vedada a publicização desses documentos para fins publicitários sem que haja a anuência formal da CONTRATANTE.

4.6.2. Quaisquer procedimentos executados pela CONTRATADA deverão observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE.

4.6.3. As informações sob custódia da CONTRATADA serão tratadas como informações sigilosas e só poderão ser utilizados pelo fornecedor e terceiros mediante autorização formal do órgão CONTRATANTE.

4.6.4. A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas na CONTRATANTE sem prévia autorização.

4.6.5. Garantir um nível adequado de segurança, integridade, durabilidade e consistência dos dados e informações manipuladas e armazenadas no ambiente tecnológico desta Instituição.

4.6.6. Atender aos requisitos de conformidade, pontualidade na entrega, desempenho e disponibilidade das soluções de Tecnologia da Informação, dentro dos acordos de níveis de serviços e prioridades acordados.

4.6.7. Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes.

4.7. Requisitos de Sociais, Ambientais e Culturais.

4.7.1. Durante a execução do serviço contratado, os funcionários da CONTRATADA deverão observar, sempre que entrar em contato com a CONTRATANTE, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.7.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos que seus empregados ou prepostos venham porventura ocasionar o CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo o CONTRATANTE aplicar sanções e/ou multas.

4.7.3. Todas as interfaces de operação do software licenciado e a documentação técnica devem estar preferencialmente no idioma português brasileiro, caso a tradução dificulte o trabalho da implantação gerando imprecisão na interpretação da interface ou a empresa não possua no seu portfólio suporte ao português brasileiro será adequado o idioma inglês.

4.7.4. A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.7.5. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.

4.7.6. O fornecimento das licenças de software deverá ser realizado de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.7.7. Os equipamentos objeto da contratação, ao final de sua vida útil ou se considerado inservível pelo IFRN, deverão ter sua destinação realizada de acordo com o Decreto nº 9.373/2018 e com a Lei nº 12.305/2010.

4.7.8. Por ser esta contratação uma solução de virtualização de computadores, reduzindo significativamente o número máquinas físicas, tem-se que ela está alinhada às melhores práticas de sustentabilidade ambiental e a Lei nº 12.305/2010.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica.

4.8.1. Os requisitos de arquitetura tecnológica estão definidos no Item 5 do Estudo Técnico Preliminar, anexo I deste Termo de Referência.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação.

4.9.1 São requisitos de projeto e de implementação as informações contidas na seção 6 deste Termo de Referência, devendo considerar ainda:

4.9.1.1. Para fins de implementação da solução, deverão ser observadas pelas partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, as melhores práticas de gestão de riscos.

4.9.1.1.1. As melhores práticas de gestão de riscos consideradas neste processo devem ser entendidas como o atendimento à Política de Gestão de Riscos do IFRN (Resolução nº 30/2021-CONSUP/IFRN(https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2021/resolucao-no-30-2021/at_download/file)).

4.9.1.1.2. A CONTRATANTE ou a CONTRATADA, poderão, a qualquer tempo, convidar uma a outra, através dos seus representantes envolvidos com a contratação, para participar do processo de gerenciamento de riscos, quando os riscos identificados envolverem as duas partes.

4.10. Requisitos de Implantação.

4.10.1 Atendimento à seção 6 deste Termo de Referência e ao item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

4.10.2. Devem ser cumpridos, ainda, os seguintes requisitos:

4.10.2.1. Todos os passos desta fase deverão ser documentados, assim como os problemas encontrados e suas soluções.

4.10.2.2. A instalação deverá ser efetuada de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou equipamentos atualmente em operação do IFRN.

4.10.2.3. A instalação/configuração deverá ser realizada de tal forma que as interrupções no ambiente de produção sejam as mínimas possíveis e estritamente necessárias, e, ainda, que não causem transtornos aos usuários da solução atualmente instalada.

4.10.2.4. A CONTRATADA deverá executar testes funcionais para verificar o perfeito funcionamento do ambiente.

4.10.2.5. Não será permitida a inclusão de funcionalidades, características de ambiente ou quaisquer outras que desvirtuem os requisitos da solução contratada.

4.10.2.6. É de responsabilidade da CONTRATADA, a instalação de todos os produtos, sejam esses de hardware e ou software.

4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção.

4.11.1 Atendimento à seção 6 deste Termo de Referência e ao item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional.

4.12.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar no momento da implantação, um técnico qualificado em nível profissional no hypervisor atualmente instalado, com experiência mínima de 1 ano, de forma a acompanhar e realizar intervenções caso sejam necessárias no ambiente atual.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe.

4.13.1. Não se aplica a esta contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho.

4.14.1 Atendimento às seções 6 e 7 deste Termo de Referência e ao item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se em cumprir suas obrigações, quando houver tratamento de dados pessoais, no que couber, ao abrigo da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.15.2. Conforme a LGPD, dados pessoais são quaisquer informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. Já dados pessoais sensíveis são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

4.15.3. Ainda consoante a LGPD, o tratamento destes dados pessoais, sensíveis ou não, será toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

4.15.4. A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE os serviços previstos com atenção às regras de proteção de dados e a par r das premissas da LGPD, em especial os seus princípios, conforme descrito no Art. 9º da referida Lei.

4.15.5. A CONTRATADA somente poderá realizar o tratamento dos dados que lhe forem repassados pela CONTRATANTE conforme as instruções desta e nos exatos limites do contrato. Os dados pessoais que forem repassados desta forma serão acessados somente por funcionários da CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade o estabelecimento dos termos e controles de sigilo sobre estes acessos.

4.15.6. A CONTRATADA compromete-se a não u lizar os dados fornecidos pela CONTRATANTE para qualquer outro propósito que não o cumprimento do objeto do contrato, assim como jamais colocará, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação das leis de proteção de dados.

4.15.7. Caso a CONTRATADA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com o contrato ou que uma instrução da CONTRANTANTE pode infringir a LGPD ou outras leis relacionadas à proteção de dados, a CONTRATADA prontamente no ficará a CONTRATANTE e aguardará novas instruções.

4.15.8. Quando solicitado, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas nesta cláusula contratual.

4.15.9. A CONTRATADA compromete-se a eliminar os dados pessoais, sensíveis ou não, aos quais teve acesso em razão do contrato firmado com a CONTRATANTE assim que a finalidade do tratamento for alcançada; os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade e/ou for encerrado a prestação de serviços que serviu de objeto do contrato originário firmado com a CONTRATANTE e/ou nos casos contidos na Lei de Acesso à Informação.

4.15.10. A CONTRATANTE terá o direito de auditar o tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, realizado pela CONTRATADA com base nesta cláusula, incluindo, mas não se limitando, as medidas técnicas e organizacionais implementadas pela CONTRATADA.

4.15.11. A CONTRATADA indenizará à CONTRATANTE qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo e despesas, incluindo, mas não se limitando, os devidos honorários advocatícios, as multas, penalidades ou custos investigativos rela vos às demandas que surgirem em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas na LGPD especificamente direcionadas aos operadores, conforme já definido no presente instrumento.

4.15.12. Se o titular dos dados, a autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações da CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE. A CONTRATADA não poderá, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

4.15.13. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, na condição de agentes de tratamento, adotarão medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4.15.14. Na hipótese de ocorrer um incidente de segurança, a CONTRATADA informará a CONTRATANTE, por escrito, acerca desta, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência do incidente. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão pelo menos: a) quais dados foram vazados;

b) informações sobre possíveis acessos suspeitos e as respectivas credenciais utilizadas; endereços IPs e portas utilizadas nos acessos suspeitos; registros de logs; eventuais técnicas de ataque identificadas pela equipe de tratamento de incidente;

c) descrição da natureza da violação dos dados pessoais, incluindo as categorias e o número e identificação de titulares de dados impactados, bem como as categorias e o número de registros de dados impactados; d) os riscos relacionados ao incidente;

e) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e

f) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos dados pessoais e mitigar os possíveis e feitos adversos.

4.15.15. A Solução de TIC deve possuir controles necessários à segurança da informação e privacidade, contemplando autenticação multifator (MFA – Multi Factor Authentication); controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação; registro de eventos e incidentes; registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria; medidas de salvaguarda para os logs; controles específicos para registro das atividades dos administradores; execução periódica de análise de vulnerabilidades.

4.15.16. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo solicitado ou acordado, resguardados aspectos de confidencialidade, documentos comprobatórios referentes à estruturação de segurança e privacidade no contexto ao qual a Solução de TIC se insere, tais como: Política de Segurança da Informação; Relatório de Análise de Impacto à Proteção de Dados Pessoais; Política de Backup; Processo de Gestão de Riscos da Solução de TIC; Processo de Gestão de Incidentes; Política de Controle de Acesso; Plano de Continuidade Operacional e um Plano de Contingência; Documento de Arquitetura Física e Lógica da Solução de TIC.

4.16. Outros Requisitos Aplicáveis

4.16.1. Para os itens 1, 2, 3 e 7, é facultado ao LICITANTE realizar vistoria prévia, conforme previsto no item 5 do ETP, que trata das necessidades tecnológicas. Para tanto, deverá ser realizado agendamento prévio junto à Coordenação de Infraestrutura e Redes do IFRN, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no prédio da Reitoria do IFRN, localizado à Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, nesta Capital, ou através do telefone (84) 4005-0770.

4.16.1.1. Se a empresa fizer a opção de realizar a vistoria, essa deverá ser realizada até um dia antes da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão, dentro do horário informado acima.

4.16.1.2. Poderá o LICITANTE não realizar a vistoria, mas não poderá, durante o processo de implementação da solução, alegar desconhecimento da infraestrutura para não realização das atividades previstas.

4.16.1.3. No momento da visita, o servidor responsável entregará uma declaração de comprovando a realização da vistoria, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão quando solicitado.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no termo de referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, ficando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados, inclusive quanto a atualização do parque tecnológico (sistemas e equipamentos) inerente à segurança da informação.

5.1.10. Efetuar o correto pagamento, dentro dos prazos especificados neste contrato.

5.1.11. Promover a capacitação continuada da equipe de fiscalização contratual.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, ou durante da reunião inicial do contrato (o que ocorrer primeiro), junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não

excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Executar o objeto contratado em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.2.12. Executar os serviços contratados de acordo com o estabelecido no contrato, na proposta da CONTRATADA, neste Termo de Referência e em seus anexos;

5.2.13. Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, em cumprimento às determinações legais, o que será comprovado pelo CONTRATANTE por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública.

5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.

5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

a) a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

b) as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e

c) as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. Cronograma do modelo de execução do contrato:

Rotinas de Execução - Prazos		
Fases	Atividade	Prazo em dias
1	Início do projeto (Inicia após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço)	D
2	Reunião inicial (partes envolvidas - preposto indicado pela empresa e equipe de fiscalização)	D + 5
3	Reunião de Planejamento	Até D + 30
4	Entrega do Plano de Instalação	Até D + 45
5	Aprovação do Plano de Instalação	Até D + 50
6	Entrega dos equipamentos	Até D + 80
7	Execução do Plano de Instalação	Até D + 90
8	Entrega da Documentação de Configuração	Até D + 100
9	Recebimento definitivo	Até D + 120

6.1.2. Fases do Projeto

Fase 1 – Início do projeto

1. O projeto terá início mediante assinatura do contrato e sua implementação se dará a partir da emissão da ordem de serviço, a ser entregue a Contratada por ocasião da reunião inicial.

Fase 2 – Reunião inicial

1. A reunião inicial deverá ser realizada observando o Art. 31 da IN SGD/ME 01/2019 e o constante da seção 5.2.1.

"I - a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

- a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma;
- b) entrega, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V; e
- c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

II - o repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e

III - a disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber."

Art. 31 da IN SGD/ME 01/201

Fase 3 – Reunião de planejamento

1. A CONTRATADA deverá realizar reuniões de planejamento e consultoria com o CONTRATANTE a fim de definir os detalhes técnicos para as configurações;
2. Todas as atividades desta fase deverão ser documentadas, assim como os problemas encontrados e as soluções adotadas;
3. A CONTRATADA deverá consolidar todas as informações necessárias, incluindo as geradas nas reuniões, para a execução dos serviços, gerando o documento Plano de Instalação, que deverá ser entregue ao CONTRATANTE;
4. A CONTRATADA deverá também preparar e fornecer o documento Plano de Homologação e Testes contendo os testes que serão executados para validar a solução implementada;

Fase 4 – Entrega do Plano de Instalação

1. O Plano de Instalação deverá conter o detalhamento técnico da implementação;
2. A CONTRATADA deverá colocar a disposição do CONTRATANTE técnicos especializados nas tecnologias que compõem a solução; 3. O documento deve conter no mínimo:
 - a. Escopo da Solução;
 - b. Levantamento de toda a infraestrutura que compõe a solução: hardwares, softwares, cabeamentos e licenças;
 - c. Descritivo das melhores práticas recomendadas;
 - d. Planejamento da instalação da solução;
 - e. Identificação de todos os ativos que compõem a solução, incluindo informações detalhadas de interconexão lógica e física por elemento de conexão, endereçamento interno dos diversos segmentos de rede, VLANs, roteamento entre os diversos segmentos de rede, interligação com as conexões remotas da rede;
 - f. Desenho da arquitetura física e lógica da solução, contendo a topologia e tabela de conectividade;
 - g. Detalhamento de contingenciamento de recursos e serviços da solução – Plano de contingência, descrevendo as ações necessárias para restabelecimento do ambiente à sua normalidade para os possíveis cenários de falhas da solução;
 - h. Deverá prever a necessidade ou não de interrupção no funcionamento normal dos equipamentos em operação no CONTRATANTE.
4. Plano de Homologação, com detalhamento dos procedimentos de testes para validação da solução;

Fase 5 –Aprovação do Plano de Instalação

1. Análise e aceite do Plano de Instalação em até 5(cinco) dias úteis contados a partir do dia posterior a data de entrega por parte da CONTRATADA;

Fase 6 –Entrega dos Equipamentos

1. Os equipamentos, softwares e mídias, que compõem a contratação, devem ser entregues no Campus IFRN Natal Central, Endereço Avenida Sen. Salgado Filho, 1559 - Tirol, Natal - RN, 59015-000 em dias úteis, durante o horário de 8:00 às 17:00;

2. O equipamento deve ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
3. Quando for o caso, o volume contendo o equipamento deve estar identificado externamente com os dados constantes da nota fiscal, fatura e o endereço de entrega;
4. Em casos de equipamento importado, deverá ser entregue a comprovação da origem do bem importado e comprovação da quitação dos tributos de importação a ele referente, conforme Decreto no 7.174/2010;

Fase 7 – Execução do Plano de Instalação

1. A solução deverá ser instalada e configurada nas dependências do datacenter do IFRN - Campus Central;
2. Todos os procedimentos, configurações, assim como os problemas encontrados e soluções adotadas deverão ser documentados. Esta documentação deverá ser entregue ao CONTRATANTE ao final desta fase;
3. A execução do Plano de Instalação não deverá interferir no funcionamento dos demais sistemas e equipamento sem operação no CONTRATANTE;
4. A CONTRATADA deverá executar uma série de testes funcionais básicos para verificar o perfeito funcionamento do ambiente;
5. Não será permitida a inclusão de funcionalidades, características de ambiente ou quaisquer outras que desvirtuem os requisitos da solução CONTRATADA;
6. É de responsabilidade da CONTRATADA, a instalação de todos os produtos, sejam estes de hardware e ou software;
7. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, quando da instalação do produto, todos os cabos, cordões, conectores e acessórios (todos os elementos passivos) necessários para a montagem apropriada da solução, exceto a fibra ótica de interligação entre os sites;

Fase 8 – Entrega da documentação de Configuração

1. A CONTRATADA deverá consolidar toda a “Documentação do Projeto” e entregá-la em mídia eletrônica no encerramento do “Cronograma de Execução”;
2. Fazem parte da “Documentação do Projeto”:
 - a. Relatório técnico analisando os resultados para fins de ateste da conclusão da instalação e configuração
 - b. Todos os documentos técnicos gerados durante o Projeto;
 - c. Todos os documentos de controle e gerência da execução do Contrato;
 - d. Todos os documentos mencionados neste Termo de Referência;
3. Será realizada uma reunião formal com a CONTRATADA a fim de:
 - a. Releitura das atividades e produtos definidos no escopo e concluídos pela CONTRATADA;
 - b. Releitura das definições de suporte e garantia;

Fase 9 – Recebimento

1. O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas:

- a. Recebimento provisório no ato da entrega, para efeito de posterior verificação do funcionamento e conformidade dos equipamentos com as especificações;
 - b. Recebimento definitivo após a conclusão da fase 7, com o aceite dos resultados dos testes de homologação e ateste do pleno funcionamento da solução;
2. O recebimento definitivo ficará condicionado à observância de todas as cláusulas e condições fixadas neste documento, bem como ao atendimento de eventuais substituições do equipamento, no todo ou em parte, entregue fora das especificações ou no qual venham a ser detectados defeitos, irregularidades ou imperfeições.
 3. O prazo máximo para a emissão do recebimento definitivo dos equipamentos (instalados e em funcionamento) será em até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do fim da FASE 7;

6.2. Mecanismos formais de comunicação

6.2.1. Ofícios de Comunicação: Ofícios elaborados, por demanda, pela CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de alguma mudança como endereços, telefone de contato ou qualquer informação importante referente aos aspectos legais ou administrativos.

6.2.2. E-mails de Comunicação: E-mails elaborados, por demanda, pela CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de qualquer informação importante referente aos aspectos técnicos ou operacionais.

6.2.3. Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento de Bens: Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens elaborada, por demanda, pela CONTRATANTE e encaminhada via sistema eletrônico, ou por outro meio devidamente acertado na reunião inicial, com a função de demandar serviços vinculados ao objeto deste Termo de Referência.

6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.3.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos III e IV, respectivamente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1. Os critérios de aceitação dos serviços prestados serão baseados nos pré-requisitos estipulados no item 4 em sua integralidade, no presente Termo de Referência.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. Os procedimentos de teste e inspeção do objeto serão baseados nos pré-requisitos estipulados neste Termo de Referência no item 4 em sua integralidade e mediante os níveis de serviço especificados no item 7.3.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Os indicadores e as metas foram definidos de acordo com a natureza e característica de cada serviço e expressos em unidade de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas, números que expressam quantidades físicas, dias úteis. As metas devem ser medidas do primeiro ao último dia de cada mês;

7.3.2. A frequência de avaliação e aferição dos níveis de serviço deverá ser mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial de serviços, apresentando-o ao CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço.

7.3.3. Deverão constar, nesse relatório, os indicadores/metras do acordo de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão acordados entre as partes;

7.3.4. Para mensurar esses fatores, serão considerados os seguintes indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA, conforme definidos a seguir:

ICAC - Índice de Chamados Abertos pela Contratante (Meta: 95%).

Conceito: percentual de chamados atendidos pela CONTRATADA dentro de sessenta (60) minutos em relação ao total de chamados recebidos no mês, com a abertura do chamado feita no SUAP-IFRN e a discriminação do contato incluso dentro do chamado com o tempo de atendimento;

ICRC - Índice de Chamados Resolvidos pela Contratada (Meta: 90%).

Conceito: percentual de chamados resolvidos dentro do SLA descrito no chamado junto a contratante, reservando os casos excepcionais que a motivação deve ser descrito dentro do chamado, com a devida fundamentação para apreciação do gestor do contrato, em relação ao total de chamados recebidos no mês;

INDICADOR	META			
		IMPACTO		
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
ICAC	95 %	menor que 95%(exclusivo) até 90% (inclusivo)	menor que 90% (exclusivo) até 85%(inclusivo)	menor que 85% (exclusivo)
ICRC	90 %	menor que 90% (exclusivo) até 85% (inclusivo)	menor que 85% (exclusivo) até 80% (inclusivo)	menor que 80% (exclusivo)

7.3.5. Caso a CONTRATADA não atinja a meta dos índices relacionados no item anterior, estará sujeito a multa sobre cada indicador em percentuais definidos conforme as regras a seguir, garantindo-se a ampla defesa por parte da contratada:

Baixo Impacto	Multa de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) sobre o valor do contrato por cada ocorrência.
Médio Impacto	Multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor do contrato por cada ocorrência.
Alto Impacto	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor do contrato por cada ocorrência.

7.3.6. Os indicadores percentuais definidos, acima, podem ser acumulativos na aplicação de multas, porém com limitação ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

7.3.7. As métricas para os chamados de atendimento serão contadas a partir da abertura dos chamados de suporte técnico. Serão considerados para efeitos dos SLA's exigidos no Prazo de Atendimento e o Prazo de Solução Definitiva:

7.3.8. Prazo de Atendimento: tempo decorrido entre abertura do chamado efetuado pela equipe técnica da CONTRATANTE à CONTRATADA, ou abertura de chamado automática efetuada pela CONTRATADA e o efetivo início dos trabalhos de manutenção corretiva descrito no chamado aberto na plataforma SUAP-IFRN;

7.3.9. Prazo de Solução Definitiva: tempo decorrido entre à abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da CONTRATANTE à CONTRATADA e a efetiva recolocação do serviço em pleno estado de funcionamento descrito no chamado aberto na plataforma SUAP-IFRN.

7.3.10. A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na central de atendimento disponibilizada pela CONTRATADA ou abertura automática de chamado pela CONTRATADA, até o momento da comunicação da solução definitiva e aceite pela equipe técnica da CONTRATANTE, conforme descrito no chamado aberto na plataforma SUAP-IFRN;

7.3.11. A CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA, quando da reunião de alinhamento de expectativas, relação nominal da equipe técnica autorizada a abrir e fechar chamados de suporte técnico.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Em razão de eventuais descumprimentos das cláusulas do contrato e de seus anexos, sem prejuízo das multas previstas na seção 7.3.5, serão aplicadas as sanções administrativas abaixo, sendo assegurado à CONTRATADA a ampla defesa.

Id	Ocorrência	Multa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.

6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 0,5% por dia de suspensão ou interrupção do serviço sobre o valor total do(s) item(ns) contratado(s), até o limite de 10%. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual e aplicação de multa, constante do linha 6 deste quadro.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	Multa de 0,2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.

Tabela 3 – Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço e/ou equipamento, conforme este Termo de Referência.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.4.1. o prazo de validade;

7.5.4.2. a data da emissão;

7.5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.4.4. o período de prestação dos serviços;

7.5.4.5. o valor a pagar; e

7.5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.12.1.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente jus ficado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público ativo do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa anual

$$= 6\% \quad I = 0,00016438$$

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação será o valor apresentado na Tabela 1 – Bens e Serviços que compõem a solução.

8.1.1. Os preços foram estimados observando-se a média de preços de licitações realizadas anteriormente, a partir da pesquisa de preços demonstrada no anexo I do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e observando os itens constantes do Art. 3º da IN SEGES/ME nº 73/2020, conforme informado abaixo.

8.1.1.1. Identificação do agente responsável pela cotação. A identificação foi realizada no anexo I do ETP.

8.1.1.2. Caracterização das fontes consultadas. As fontes consultadas foram licitações realizadas no âmbito do Portal de Compras do Governo Federal. Foram considerados preços praticados no âmbito da administração pública direta e indireta, dado a dificuldade de obtenção de preços acerca dos itens que serão licitados.

8.1.1.3. Série de preços coletados. Os preços coletados foram apresentados na planilha constante do anexo I do ETP já informado.

8.1.1.4. Método matemático aplicado para a definição do valor estimado. Foi estabelecido como método para definição do valor estimado, a média dos valores obtidos.

8.1.1.5. Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável. Não se aplica à pesquisa realizada.

8.1.2. Para fins de manter o alinhamento com a IN SEGES/ME nº 73/2020, até a data de publicação do Instrumento Convocatório, a estimativa de preços deverá ser realizada considerando o disposto no Ar go 5º da mesma IN.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. A adequação orçamentária será informada através do Certificado de Dotação Orçamentária, anexada a este Termo de Referência, devendo as informações ser consideradas apenas para a aquisição inicial, constante da tabela 2 deste TR, presente no item 2.2.1., que trata da estimativa de aquisição inicial do órgão gerenciador.

9.2. O cronograma físico-financeiro está disposto na tabela, a seguir:

Item	Qtd.	Previsão de aquisição (mês/ano)	Previsão de desembolso financeiro (mês/ano)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total por Item (R\$)
1	4	ASD*	ASD*	765.000,00	765.000,00
2	2	ASD*	ASD*	287.333,33	287.333,33
3	2	ASD*	ASD*	505.000,00	505.000,00
4	10	ASD*	ASD*	53.500,00	53.500,00
5	4	ASD*	Sob demanda da Administração	20.333,33	20.333,33
6	100	ASD*	ASD*	37.666,67	113.000,01
7	15	ASD*	ASD*	95.000,00	95.000,00
8	4	ASD*	ASD*	53.166,67	53.166,67
9	1	ASD*	ASD*	15.900,00	31.800,00
10	20	ASD*	ASD*	8.066,67	24.200,01
11	4	ASD*	Sob demanda da Administração	20.333,33	20.333,33
12	400	ASD*	Sob demanda da Administração	633,33	25.333,20
13	200	ASD*	Sob demanda da Administração	660,00	13.200,00
VALOR DO PROJETO INICIAL					2.007.199,88
*ASD: O quantitativo, o prazo e o valor da contratação desses itens dependerão da existência de orçamento no exercício de 2024, assim como o quantitativo não contratado em sua totalidade no exercício de 2023 dos demais itens.					

Tabela 4 - Cronograma físico-financeiro

9.2.1. O cronograma físico-financeiro está estruturado com base em estimativa inicial de contratação, podendo ser alterado mediante existência de disponibilidade orçamentária e deverá considerar os quanta vos mínimos e máximos estimados para a contratação.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato, para os itens de 1 a 10, vigorará por 36 (trinta e seis meses) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

10.2 A vigência do contrato extrapolará o exercício, tendo em vista:

10.2.1. A característica do objeto, que visa garantir a regularidade das operações de ações estruturantes de Tecnologia da Informação no IFRN;

10.2.2. Que a contratação está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, vigente até o ano de 2024;

10.2.3. Que a contratação visa garantir o atingimento dos objetivos estratégicos e metas para a área de Tecnologia da Informação, presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, vigente até o ano de 2026;

10.2.4. Que a Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021 e a Orientação Normativa nº 38, de 13 de dezembro de 2011, trata a possibilidade, em caráter excepcional, de a vigência contratual ser superior a 1 ano, estando fundamentada a excepcionalidade na seção 10.2.1.

10.2.5. Para esta contratação não há previsão de prorrogação contratual.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL)

11.1. O reequilíbrio econômico observará o que determina a Portaria 6.432, de 11 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, uma vez que o CONTRATANTE é órgão integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.

11.1.1. O reajuste dar-se-á por meio da aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acumulado nos últimos doze meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

11.1.2. Haja vista que a apuração do ICTI é realizada mensalmente pelo IPEA, o que inviabiliza a sua ponderação em proporção diária, a referência do cálculo considerará meses completos a partir do mês da data base.

11.1.3. A data base para cálculo do índice da primeira correção monetária será o mês de assinatura do Contrato, considerando-se esta data a do orçamento do Contrato e tomando-se como base a seguinte fórmula:

$$Ir = (I1 - I0) / I0$$

$$R = V0 \times Ir$$

$$V1 = V0 + R$$

Onde:

Ir - índice de reajustamento

I1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor (aniversário de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato)

I0 - índice correspondente à data base do contrato (mês de assinatura do Contrato)

R - valor do reajustamento procurado

V1 - preço final já reajustado

V0 - preço original do Contrato, na data base (valor a ser reajustado)

11.1.4. Os valores de “I0” e de “I1” podem ser consultados no site eletrônico do IPEA, localizado no seguinte endereço: <http://www.ipea.gov.br>

11.2. De acordo com o Art. 2º da lei 10.192/2001, os efeitos do reajuste serão considerados a partir do dia subsequente ao aniversário de vigência do contrato e a aplicação dos demais reajustes respeitarão o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre suas aplicações (art. 2º da lei 10.192/2001).

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. O regime da execução dos contratos é o de empreitada por preço global, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.2. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço global por grupo, para os itens agrupados e por item, para os itens não agrupados.

12.1.2.1. As justificativas para o agrupamento de itens estão apresentadas na seção 3.4. deste Termo de Referência.

12.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços se baseia em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. Diante da complexidade do objeto a ser contratado, conforme mencionado no item 2.3.5., não se aplica a Lei Complementar 123/2006, pois o art. 49 da Lei Complementar 123/2006 menciona que não se aplica a referida lei quando “o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”.

12.2.1.1. Consequentemente não se aplica art. 4º do Decreto 7.174/2010, que menciona a referida lei complementar.

12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.3.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.3.3.1. Para o item 1: Atestado de capacidade técnica, expedido (s) por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas, que comprove que a licitante tenha fornecido e instalado equipamentos servidores com arquitetura hiperconvergente (HCI), em qualquer quantidade.

12.3.3.2. Para o item 6: Atestado de capacidade técnica, expedido (s) por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas, que comprove que a licitante já prestou, satisfatoriamente, o serviço de implantação de solução de virtualização de desktops para ambiente com 45 (quarenta e cinco) usuários.

12.3.3.3. Para os demais itens: Atestado de capacidade técnica, expedido (s) por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas, que comprove que a licitante tenha fornecido licenças ou prestado serviços de mesma natureza em qualquer quantidade.

12.3.3.4. Para o item 12.3.3.2 será permitida a soma de Atestados de Capacidade Técnico-Operacionais de serviços executados de forma concomitante.

12.3.3.5. Cada atestado de capacidade técnica, deverá conter os seguintes elementos:

12.3.3.5.1. Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

12.3.3.5.2. Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços/itens prestados/fornecidos, atestando que cláusulas contratuais foram cumpridas satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada;

12.3.3.5.3. Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

12.3.3.5.4. Vale ressaltar que a cobrança de um atestado de capacidade técnica desempenha um papel crucial na avaliação e seleção de empresas em processos de licitação, garantindo que apenas empresas qualificadas e experientes sejam consideradas para a realização de serviços ou fornecimento de produtos para órgãos públicos ou empresas privadas. Isso contribui para a eficiência, qualidade e transparência no processo de aquisição de bens e serviços.

12.3.4. Quando do envio da proposta comercial, serão exigidos os seguintes documentos:

12.3.4.1.1. Documento contendo as especificações técnicas detalhadas dos equipamentos e softwares cotados. Todas as características técnicas obrigatórias deverão ser do fabricante e comprovadas por meio de folders, catálogos, manuais, ou impressão de páginas na Internet do fabricante, os quais deverão ser entregues juntamente com a proposta, em folhas numeradas e sequenciais.

12.3.4.1.2. Indicação em qual parte da documentação técnica oficial do fabricante estão comprovados os requisitos tecnológicos ou necessidades tecnológicas da solução exigidos, conforme disposto no item 5 do Estudo Técnico Preliminar, ANEXO I deste Termo de Referência. A não comprovação dos requisitos exigidos será causa de desclassificação do licitante.

12.3.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.3.5.1. Valor Global Grupo 1 (itens 1, 2 e 3): R\$ 4.644.666,67 (Quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12.3.5.2. Valor Global Grupo 2 (itens 4 e 5): R\$ 616.333,33 (Seiscentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

12.3.5.3. Valor Global Item 6: R\$ 3.766.666,67 (Três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12.3.5.4. Valor Global Item 7: R\$ 1.425.000,00 (Um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

12.3.5.5. Valor Global Item 8: R\$ 212.666,67 (Duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12.3.5.6. Valor Global Grupo 3 (itens 9 e 10): R\$ 131.033,33 (Cento e trinta e um mil, trinta e três reais e trinta e três centavos).

12.3.5.7. Valor Global Grupo 4 (Itens 11 ,12 e 13): R\$ 466.666,67 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12.3.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global para cada grupo, e para cada item, no caso de item não agrupado.

12.3.6.1. A proposta de preços deverá contemplar todos os preços por item, independentemente da formação dos grupos, devendo seguir o modelo em anexo.

12.3.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Da classificação dos serviços

13.1.1. Os serviços são classificados como serviços comuns de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Acerca da garantia da execução

14.1.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.1.1.1. O valor da garantia será calculado para os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10, tendo em vista que o pagamento desses itens será realizado em parcela única, no início da prestação do serviço.

14.1.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.1.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.1.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.1.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.1.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.1.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.1.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.1.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.1.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.1.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, esses devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.1.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.1.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.1.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.1.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.1.12. Será considerada extinta a garantia:

14.1.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.1.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.05/2017.

14.1.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.1.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

15.1. Da vedação à participação de consórcios e da subcontratação

15.1.1. Não será permitida a participação de empresas consorciadas e subcontratações em razão de haver um universo vasto de empresas aptas a contratar com a Administração para atendimento ao objeto da presente licitação sem a necessidade de formação de consórcios.

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída, conforme despacho da autoridade administrativa contido no Documento de Oficialização da Demanda.

16.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

16.2.1. Aprovação da Equipe de Planejamento da Licitação.

(Assinado Eletronicamente) JOAO RODRIGO SILVA DE CARVALHO Integrante Requisitante Matrícula/SIAPE: 1877397	(Assinado Eletronicamente) JONES MONTEIRO JACINTO Integrante Técnico Matrícula/SIAPE: 3157779	(Assinado Eletronicamente) ISMAEL FELIX COUTINHO NETO Integrante Administrativo Matrícula/SIAPE: 1549286
--	---	--

16.2.2. Aprovação da Autoridade Máxima da Área de TIC.

(Datado e assinado eletronicamente) TARSO LATORRACA CASADEI Matrícula/SIAPE: 1878646 Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação

16.2.3. Aprovação e autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório.

16.2.3.1. A aprovação constante deste processo levou em consideração a delegação de competência contida na Portaria nº 243, de 12 de fevereiro de 2020, publicada no DOU de 13 de fevereiro de 2020, em razão do disposto no § 1º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

16.2.3.2. Despacho de aprovação e autorização da autoridade competente. Considerando o alinhamento da presente contratação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, a sua previsão no Plano Anual de Contratações e demais informações constantes deste Termo de Referência quanto aos requisitos, à compatibilidade dos preços estimados aos preços praticados no mercado, à justificativa exposta para o objeto demandado e quanto à disponibilidade orçamentária, aprovo o presente termo de referência e autorizo à Diretoria de Licitações a proceder com a abertura do processo licitatório para a contratação planejada.

(Datado e assinado eletronicamente)

José Arnobio de Araújo Filho

Matrícula 1103596

Reitor do IFRN

(Decreto Presidencial de 24/08/2021, publicado no DOU de 25/08/2021)

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ANEXO II: MAPA DE RISCOS

ANEXO III: MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

ANEXO IV: MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

ANEXO V: MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ANEXO VI: MODELO DE HISTÓRICO DA GESTÃO DO CONTRATO

ANEXO VII: MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

ANEXO VIII: MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

ANEXO IX: MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

ANEXO X: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO XI: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA ATUALIZADO (DFD 582/2022)

Documentos Anexados:

- Anexo #1. TA-ETP 2/2023 - ASGTIC/DIGTI/RE/IFRN (anexado em 16/09/2023 08:16:29)
- Anexo #2. SOLUÇÃO DE HIPERCONVEGÊNCIA E DE VIRTUALIZAÇÃO DE DESKTOPS. (anexado em 16/09/2023 08:19:02)
- Anexo #3. Mapa de Gerenciamento de Riscos (anexado em 16/09/2023 08:28:43)
- Anexo #4. DOD 7/2023 - COINRE/DIGTI/RE/IFRN (anexado em 16/09/2023 08:31:21)
- Anexo #5. Modelo de Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo (anexado em 16/09/2023 08:34:01)
- Anexo #6. Modelo do Termo de Ciência (anexado em 16/09/2023 08:45:42)
- Anexo #7. Modelo de Ordem de Serviço (anexado em 16/09/2023 08:46:11)
- Anexo #8. Modelo de Histórico de Gestão do Contrato (anexado em 16/09/2023 08:46:44)
- Anexo #9. Modelo do Termo de Recebimento Provisório (anexado em 16/09/2023 08:47:17)
- Anexo #10. Modelo do Termo de Recebimento Definitivo (anexado em 16/09/2023 08:47:41)
- Anexo #11. Modelo do Termo de Recebimento Definitivo (anexado em 16/09/2023 08:48:27)
- Anexo #12. Modelo da Proposta de Preços (anexado em 16/09/2023 08:49:17)